

TODOS ESTES ANOS DE GENTE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
PAULO CESAR MONTAGNER

Coordenador Geral da Universidade
FERNANDO ÁNTONIO SANTOS COELHO



Conselho Editorial

Presidente
EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO
DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES
IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO – PEDRO CUNHA DE HOLANDA
SÁVIO MACHADO CAVALCANTE – VÉRONICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

Andrea Andújar
Ernesto Bohoslavsky
(Org.)

TODOS ESTES ANOS DE GENTE

*História social, protesto e
política na América Latina*

Tradução
Eliane Gonçalves

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Gardênia Garcia Benossi – CRB-8^a / 8644

T569 Todos estes anos de gente : história social, protesto e política na América Latina / organizadores: Andrea Andújar e Ernesto Bohoslavsky ; tradução: Eliane Gonçalves – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2025.

Título original: *Todos estos años de gente*

1. História social. 2. América Latina - Política e governo. 3. Movimentos sociais. 4. Raças. 5. Classe social. I. Andújar, Andrea Norma. II. Bohoslavsky, Ernesto Lázaro. III. Gonçalves, Eliane. IV. Título.

CDD – 306.09
– 320.98
– 303.484
– 572.86
– 305.5

ISBN 978-85-268-1800-2

Copyright © by Andrea Andújar e Ernesto Bohoslavsky
Copyright © 2025 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Editora associada à



Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

Por razões óbvias, este vínculo entre a história social e a história do protesto social ou dos movimentos socialistas conservou sua força.

Vários historiadores sociais sentiram-se atraídos pelo tema devido ao fato de serem radicais ou socialistas e, consequentemente, sentirem grande interesse pelos assuntos que para eles tinham grande importância sentimental.

Eric Hobsbawm (2002). *Sobre a história*. Barcelona, Crítica (orig. [1971] “From Social History to the History of Society”. *Daedalus*, vol. 100, n. 1, inverno).

SUMÁRIO

Novelos e fios sociais no tempo: a modo de apresentação	9
<i>Andrea Andújar e Ernesto Bohoslavsky</i>	
1. Tarefa e promessa da imaginação histórica.....	23
<i>José Antonio Piñeras</i>	
2. Algumas reflexões sobre a história e os protestos sociais.....	63
<i>Carlos Illades</i>	
3. “A miopia do visível”. Mulheres, protestos e historiografia.....	83
<i>Mirta Zaida Lobato</i>	
4. No fim do arco-íris. Sobre os homossexuais como sujeitos de interesse na academia mexicana.....	103
<i>Rodrigo Laguarda</i>	
5. História da escravidão, movimentos sociais e políticas públicas contra o racismo no Brasil.....	131
<i>Silvia Hunold Lara</i>	
6. De pontes e precipícios. Uma perspectiva sobre os vínculos entre história/s e movimentos sociais na Bolívia (de 1970 aos dias de hoje).....	151
<i>Rossana Barragán Romano</i>	
Referências bibliográficas	183
Sobre os autores	199

NOVELOS E FIOS SOCIAIS NO TEMPO: A MODO DE APRESENTAÇÃO

*Andrea Andújar
Ernesto Bohoslavsky*

Todos estos anos de gente é o nome de uma canção de Luis Alberto Spinetta, que a gravou com Fito Páez em 1986. O nome da obra remete a dois aspectos que são centrais neste livro: o passar do tempo e os vínculos entre as pessoas. Se o primeiro desses aspectos implica de forma direta a disciplina e a reflexão históricas – a princípio, não de maneira exclusiva, mas preferencial –, o segundo conduz ao estudo das relações sociais. Enlaçadas, as duas preocupações permitem interrogar o que fizeram as pessoas ao longo do tempo, como se confrontaram, se uniram, pensaram, (se) organizaram e (se) transmitiram vivências, emoções e mensagens, entre outras atividades. Com este título queremos, então, fazer referência ao coração que impulsiona o sangue deste livro: de que maneiras se atou o conhecimento do passado com as práticas sociais atuais e com os desejos do futuro? Como teceram ao longo do tempo seus laços aqueles que investigam o passado e aqueles que desejam transformar o presente? Quais são os fios invisíveis que conectam – ou poderiam conectar – as formas passadas de protesto com os atuais esforços para criar um mundo melhor, um mundo sem opressões nem explorações de nenhum tipo?

Se, ao longo do século XX e até o momento atual, essas inquietudes ganharam fisionomias variadas e se constituíram em preocupações

estendidas por distintas geografias, convém, então, dar-lhes um cenário e um tempo específicos, para seu tratamento neste livro. Assim, o que as e os leitores encontrarão nestas páginas é o conjunto de questionamentos sobre os tempos mais recentes – aqueles sobre os quais a maior parte dos adultos atuais tem recordações pessoais – e que fazem referência ao ciclo de autoritarismos – castrenses ou não – e de transições à democracia no último terço do século XX, aos conflitos sociais e políticos das primeiras décadas do século XXI, às tensões suscitadas ou estimuladas pelos governos da “maré rosa” e à recente direitização de boa parte do continente americano, suas sociedades e sua liderança política. Se aquelas são as coordenadas temporais, as geográficas concentram-se nas terras latino-americanas. Os sujeitos que aqui se encontrarão referenciados são os cocaleiros e os povos originários da Bolívia, os homossexuais *chilangos*, os movimentos negros das urbes brasileiras, as mulheres argentinas com suas variadas formas de ação coletiva, o movimento neozapatista, os *ejidatários* de Atenco, entre outros coletivos políticos, entre outros fios sociais do novelo do protesto latino-americano.

Os artigos incluídos em *Todos estes anos de gente* inquirem sobre a maneira como os acadêmicos da América Latina se vincularam a esses sujeitos, aos movimentos sociais dos quais participaram e com os quais interagiram e às causas políticas (no sentido amplo, não exclusivamente partidário) que perseguiram com suas ações nas últimas décadas. Em alguns casos, essa trajetória é absolutamente autobiográfica, e, em outros, tem um tom mais de análise historiográfica, de panorama de práticas próprias e de outros colegas. Um inventário das perguntas que animam estes textos poderia incluir as seguintes questões: que impactos tiveram saberes acadêmicos sobre as práticas políticas – especialmente nos repertórios de protesto – dos atores não acadêmicos? De que maneira as demandas contemporâneas de reconhecimento, de escuta, de justiça, de representação e de direitos terminam empurrando a agenda de

pesquisa sobre os tempos passados? Como se estabeleceram laços imaginários, ideológicos e identitários entre as formas de rebeldia do passado e as da atualidade? Que papel exerceram e qual podem desempenhar no futuro os historiadores no momento de unir os fios sociais no tempo? Se alguma vontade dá alento a este livro, então, é a identificação e a promoção de diálogos, de conexões nem sempre reconhecidas nem percebidas pelos próprios protagonistas, entre aqueles que protestaram coletivamente contra a injustiça – com variados alcances, desejos e formas de organização – e aqueles que o fazem hoje – e aspiram a fazê-lo no futuro –, ou seja, durante todos estes anos de gente.

INTELECTUAIS E MILITANTES: OS EMARANHADOS FIOS ENTRE A CULTURA E A POLÍTICA

Os vínculos entre os trabalhos intelectuais e as práticas políticas são tão históricos, isto é, mutáveis, quanto qualquer outra relação complexa que envolva milhares de pessoas. A historicidade dos laços entre a vida intelectual e a política expressa-se na existência de tempos de aproximação e sobreposição, assim como de outras etapas de distanciamento e, inclusive, de mútuo receio. As razões dessas mudanças têm a ver, entre outras coisas, com o fato de que cada um dos integrantes dessa relação (aqueles que realizam tarefas intelectuais e os que se dedicam à vida política) sofreu variações enormes, desde o final do século XIX, no que se refere às suas formas de constituição, estratégias de legitimação e lógicas de autonomização.

Não há, aqui, lugar para abordar com sistematicidade a história das diversas formas de ser intelectual nos últimos 150 anos, a história que vai do “notável” dotado de linhagem e ascendência familiar até o atual *scholar* globalizado, passando pelo “mestre da juventude”, os escritores profissionais, os cientistas sociais promotores do

desenvolvimento nos anos 1950 e os intelectuais revolucionários do fim dos anos 1960.¹ Basta-nos assinalar que foram múltiplas as maneiras pelas quais se articularam as práticas intelectuais e políticas, com diversas formas de relação, distâncias e mútuas assimilações. As estratégias legítimas de análise, os gêneros utilizados para transmitir as ideias e impressões e as posturas tomadas a respeito de problemas sociais variaram no tempo. Os historiadores não escaparam da historicidade de suas práticas. Propomos, entretanto, a existência de certo fio vermelho² que une as diversas gerações de historiadores e de cientistas sociais, separados no tempo, mas conectados à luz de uma mesma preocupação pela vida fora das salas de aulas, interpelados pelas urgências da realidade que lhes tocava ou na que lhes toca transitar. Sem dúvida, os historiadores sociais, a partir da Segunda Guerra Mundial, fizeram parte dessa tradição e estiveram, talvez, entre os mais interessados em ser parte ativa e consciente desse fio vermelho. Preocupados com os processos produtivos nas fazendas de gado e nas plantações açucareiras, com a formação da classe trabalhadora, com suas formas de organização e de luta, parece compreensível que figuras como Pablo González Casanova, Alberto Plá e Reyna Pastor expressassem, ao mesmo tempo, interesse pela situação contemporânea dos trabalhadores e por seu potencial revolucionário. A essa tradição somaram-se os antropólogos próximos – às vezes, mimetizados – aos camponeses e aos povos originários do maciço andino sul-americano e de diversas regiões do México e do istmo centro-americano. Esse horizonte socialista, tanto na versão “democrática” chilena como na via armada ensaiada em vários países, conduziu, nos últimos anos da década de 1970 e nos primeiros da de 1980, à suspeição e à perseguição daqueles que pesquisavam sobre esses temas.

¹ Altamirano, 2010.

² González de Oleaga & Bohoslavsky, 2009.

Foi então, à medida que se aprofundavam a implementação de reformas neoliberais na região e a crise que esse processo gerou para a população trabalhadora urbana e rural da maioria dos países da região, que outras posições ideológicas, outros sujeitos e outras preocupações foram se instalando na agenda dos historiadores sociais. Em alguns casos, esses novos enfoques substituíram o objeto de estudo que, até então, havia concentrado os esforços de pesquisa, isto é, a vida da classe trabalhadora; em outros casos, levaram a uma ampliação da agenda de pesquisa, a partir do surgimento (ou do reconhecimento) de novos sujeitos com indagações relativas ao mundo do trabalho fora da fábrica, ao impacto da desocupação, às demandas pelo direito à cidadania, à informalidade do trabalho, à sociabilidade local, ao peso do gênero e da etnia nas identidades e nas práticas políticas coletivas, entre outras questões.

Não é factível realizar aqui um balanço fechado sobre o desenvolvimento da história social na América Latina nesses anos, mas sim delinear algumas aproximações sobre a maneira como as reformas neoliberais gravitaram nas agendas de investigação nos países da região. À luz das histórias e dos contextos locais e nacionais, de diferenças no sentido relativo ao desenvolvimento historiográfico e à tradição no uso de conceitos e de temas, é possível encontrar diversas práticas de vinculação dos historiadores sociais com as lutas, as dores e as vozes dos diversos setores afetados pelo avanço de um modelo de acumulação fortemente depredador, marginalizador e desintegrador. Assim, na década de 1990, muitos historiadores dedicaram-se a recuperar a existência de uma tradição democrática, eleitoral e cívica do passado latino-americano, que bem poderia servir como uma força unificadora em face da dissidência ideológica do passado e diante de um presente marcado a fogo pelo autoritarismo inspirado na doutrina da segurança nacional. Nesse marco, produziu-se uma perda clara de interesse pela classe operária, por seu passado e seu potencial político, perante o peso que adquiriu

a preocupação com os processos eleitorais, a imprensa política e as discussões parlamentares. Em muitos casos, essa atração pelo passado político latino-americano abalou interpretações totalizantes e, às vezes, deterministas, que reduziam a existência de classes sociais e de seus confrontamentos a mera operação econômica, puramente estruturalista e capaz de atuar como *deus ex machina* de toda a vida histórica das repúblicas.

Do mesmo modo, a incorporação de uma agenda mais preocupada com os fenômenos políticos e com o estudo das representações acompanhou a crescente profissionalização do campo historiográfico (mais recentemente iniciada no Brasil e no México, mas que se fez evidente no Chile, no Uruguai e na Argentina já nos anos 1990). Em alguns casos, esse processo foi acompanhado de um convite a despolitizar a atividade historiográfica através da adoção de metodologias, conceitos e perguntas supostamente mais universais, científicos ou assépticos. Como parte desse horizonte, postulava-se uma forma de construir o conhecimento histórico desprovida de conexões e contatos não só com outras maneiras de abordar o passado, mas também, e fundamentalmente, com todo sujeito coletivo que procurava questionar o *status quo* mediante seu envolvimento político. Diversos historiadores relutaram em seguir tal tendência e reorientaram seu compromisso político na direção de estudos do passado recente para se concentrar nos tópicos relativos à repressão estatal, a seus aspectos mais clandestinos e traumáticos, mas também às formas de resistência que surgiram contra ela ou às memórias construídas sobre esse tempo passado. Em certas ocasiões, esse interesse superou a recusa das classes dominantes a rever o que aconteceu nesse período ou a confrontar abertamente os fatos. Assim foi no caso do Chile, em que, por exemplo, apesar dos limites políticos e judiciais fixados pela saída democrática pactuada, diversos historiadores comprometeram-se com o estudo do passado recente não só para analisar e publicitar os crimes do período de Pinochet,

mas também para compreender a experiência do governo da Unidade Popular. Uma expressão cabal desse compromisso foi, por exemplo, o *Manifesto de historiadores*,³ que coletou, inicialmente, 11 assinaturas, principalmente de historiadores sociais.

Outro olhar importante foi o que colocava as tensões étnicas e o racismo no centro de suas preocupações. Essa perspectiva desencadeou novas perguntas de pesquisa e práticas inovadoras. No caso da Bolívia, como mostra o artigo de Rossana Barragán Romano, incluído neste livro, figuras como Silvia Rivera Cusicanqui foram cruciais para incorporar, à história social de seu país, entradas teóricas e políticas que mostravam o peso das identidades étnicas e sua combinação e sobreposição às de classe. No Brasil, como Silvia Hunold Lara assinala em seu texto, há 20 anos se tecem numerosos vínculos entre duas áreas da historiografia – e da militância – que haviam permanecido, em boa medida, separadas: a história dos escravizados do século XIX e seus descendentes, recorrentemente marginalizados e considerados sujeitos politicamente passivos, e a história dos trabalhadores urbanos do século XX, suas organizações, seus estilos de vida e suas formas de identificação política.

Também, desde os anos 1990, as agendas e as lutas feministas contribuíram de modo cardinal para revigorar uma história social que, até então, havia concentrado seus esforços analíticos no trabalhador masculino e situado seus interesses no rastreio de suas lutas, no decurso de suas organizações sindicais, em sua participação política e seu nível de consciência. Os laços entre a militância feminista, a produção historiográfica e as intervenções públicas fizeram-se evidentes no final do século XX. Colegas como Mirta Lobato, Dora Barrancos e Susana Bianchi, no caso da Argentina, ou Joana Maria Pedro, Margareth Rago e Maria Lygia Quartim de Moraes, no Brasil, promoviam com suas pesquisas uma compreensão

³ Salazar & Grez, 1999.

do passado sustentada na perspectiva da história das mulheres e dos estudos de gênero, ao mesmo tempo que colaboravam na provisão de insumos históricos e teóricos para alguns movimentos de mulheres, feministas e de diversidades sexuais que estavam assumindo uma fisionomia cada vez mais poderosa em vários países da América do Sul.

Pouco a pouco, à medida que o século atual avançava, foram sendo alimentadas novas relações entre historiadores, movimentos sociais e, inclusive, ativistas de partidos políticos que ascenderiam a espaços no governo em certos países latino-americanos, como no caso do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, ou do Movimento ao Socialismo, na Bolívia. Diversos colegas historiadores colombianos e peruanos contribuíram para a compreensão da natureza dos conflitos políticos violentos de seus países, em particular, denunciando a utilização de violência extrema contra famílias campesinas. As relações entre os historiadores, os movimentos sociais e os governos, nos últimos anos, foram repletas de complexidades. Algumas vezes, envolveram admirações mútuas e certas imitações entre uns e outros sujeitos que conspiraram contra a formulação de interpretações críticas sobre os processos vivenciados e protagonizados. Outras vezes, as diferenças de classe, de gênero e étnicas entre historiadores e ativistas sociais e políticos dificultaram as possibilidades de intercâmbio, compreensão e circulação de experiências e saberes. Quando tais vínculos lograram forjar-se e se sobrepuseram às dificuldades, seus resultados não foram de mão única. Os historiadores puderam colocar à disposição dessas organizações explicações mais abrangentes e complexas sobre seu passado. Igualmente, as agendas historiográficas viram-se sensivelmente enriquecidas à luz de novos problemas, tópicos e interrogações cujas origens vinham dos ativistas e de suas práticas políticas. A expansão dessas agendas, ademais, guardou franca relação com a presença de estudantes procedentes, social e politicamente, desses movimentos ou de setores sociais aos

quais a educação universitária havia estado vedada até a ascensão de governos de caráter progressista. Em parte, essa presença dinamizou e facilitou a análise histórico-social, de modo que se recuperasse o interesse por classes sociais e pela experiência de classe, renovada agora pelas interseções com gênero, etnia e geração, entre outras categorias procedentes de diversas tradições teóricas e políticas.

Como parte desse processo, hoje observamos que despontam vozes que, sem dúvida, se encontram comprometidas com as e os que estão em posição inferior e, com uma visão mais propensa a se posicionar a “rés do chão”, convocam a esforçar-se para repor um relato mais global dos processos históricos da América Latina, uma reconstrução de longo alcance que possibilite advertir que, assim como o capitalismo avança colocando os termos da exploração em diferentes lugares, vão-se gerando também reações que vêm de baixo e que o ameaçam diretamente. Nesse caminho e nesse debate, *Todos estes anos de gente* espera também poder contribuir.

O INÍCIO DESTE NOVELO

O contexto inicial deste livro foi uma mesa-redonda que propusemos, no marco do desenvolvimento do Segundo Congresso Internacional da Associação Latino-americana e Ibérica de História Social (Alihs), que ocorreu na Universidade Metropolitana para a Educação e o Trabalho e na Universidade Nacional de General Sarmiento, em Buenos Aires, de 1 a 3 de março de 2017. O título dessa mesa foi “A história e os protestos na América Latina”. Naquela ocasião, solicitamos a Paulo Drinot (que, lamentavelmente, desistiu de publicar seu texto neste livro), Carlos Illades, Silvia Hunold Lara e Mirta Lobato que respondessem a dois grandes conjuntos de perguntas:

(a) Que contribuições pode oferecer a história social para a compreensão mais profunda da história atual da América Latina, em relação ao estudo das ações coletivas de protesto, às demandas esgrimidas, aos sujeitos que as dinamizam, aos seus motivos e à expressão política do conflito social?

(b) Quais são os vínculos que consideram existir (ou que deveriam existir) entre o exercício profissional da história e os movimentos ou as organizações sociais e políticas que dinamizam as ações de protesto no contexto atual (sejam movimentos de coletivos operários, feministas, de desempregados, de diversidade sexual, antirracistas, por exemplo)?

Dado que não havia formatos prévios para responder a essas perguntas, os e as participantes da mesa-redonda apresentaram distintos ensaios com argumentos de variada extensão, estilo e densidade. Por conseguinte, Carlos Illades dedicou seu texto a dar conta das múltiplas formas de protesto que vivenciou no México nos últimos 30 anos, assim como da subsistência e da transformação ao longo do tempo dos diversos repertórios de luta de organizações de professoras e professores, camponeses e campesinas e estudantes para fazer-se ouvir, legitimar sua presença na arena pública e, ao mesmo tempo, demarcar os contornos de suas identidades políticas.

Concentrada na Argentina, Mirta Lobato examinou como a irrupção da história das mulheres, dos estudos de gênero e dos feminismos na agenda historiográfica local confrontou e desestabilizou as leituras instaladas sobre a história do protesto e deu lugar a reconstruções mais densas e complexas. Silvia Hunold Lara relatou como surgiu o vínculo entre as organizações de defesa da população afrodescendente e os historiadores no Brasil. Seu artigo permite perceber, simultaneamente, o potencial político do movimento negro e a elaboração de análises históricas menos

dicotômicas sobre a experiência da escravidão no Brasil, e estimula também a implementação de políticas públicas antirracistas e favoráveis à inclusão racial em âmbitos universitários.

A esses textos originais acrescentamos aqueles produzidos por outros colegas convidados a participar desta publicação. Convocamos Rossana Barragán Romano, que nos brindou com suas reflexões sobre as conexões particulares entre a vida política e a historiografia bolivianas, da década de 1970 até os anos do governo de Evo Morales. Em seu artigo, ela explora especialmente alguns dos vínculos que existem entre a emergência política dos movimentos indígenas e de trabalhadores rurais e as releituras sobre as particularidades da história popular boliviana. Também convidamos Rodrigo Laguarda para que narrasse sua experiência de investigação historiográfica e antropológica das identidades sexuais divergentes na Cidade do México na atualidade. Seu texto permite perceber alguns dos espaços de interação e de tensão entre a militância contra o normativismo heterossexual e o desenvolvimento de carreiras acadêmicas baseadas no estudo de sujeitos tradicionalmente invisibilizados e estigmatizados. Por último, pareceu-nos muito pertinente incorporar o texto que José Antonio Piqueras elaborou para a abertura do Congresso da Alihs. Em sua dissertação, o historiador espanhol formula uma série de reflexões pungentes sobre os vínculos entre história social, política e imaginação social. A conferência de Piqueras é uma contribuição decisiva para compreender o tabuleiro historiográfico dos séculos XIX e XX e, fundamentalmente, o itinerário complexo da história social a partir dos anos posteriores à Segunda Guerra. Se, primordialmente, a trajetória desse campo historiográfico está assentada nas experiências europeias e norte-americanas, suas propostas amparam muitos dos tópicos e das perguntas abordados pelos textos que integram esta compilação. Por esse motivo, pareceu-nos oportuno, então, situá-lo como abertura de *Todos estes anos de gente*.

Não escapará aos leitores e leitoras a percepção de que os artigos são distintos em vários sentidos. Como já assinalamos, dado que não fixamos formatos exclusivos para articular as respostas às questões que nos interessavam propor neste livro, os textos são heterogêneos. Heterogeneidade que se aprecia em sua organização e extensão, em sua densidade de citações e no nível do envolvimento ou da distância pessoal de cada autor ou autora a respeito do texto. Porém, os artigos também têm familiaridade entre si, fruto de um interesse evidentemente político pela reflexão e pelo estudo do passado, mas, sobretudo, pelos vínculos existentes e possíveis entre os tempos passados e os atuais.

ALGUNS AGRADECIMENTOS E UMA DEDICATÓRIA

Nenhuma apresentação de livro está completa sem os devidos agradecimentos correspondentes. Em nosso caso, queríamos mencionar, em primeiro lugar, os autores e as autoras que fizeram parte deste volume. Todos eles receberam com tranquilidade o pedido de esclarecimentos ou de reformulações e brindaram-nos não somente com suas reflexões, mas também com sua profunda paciência. Em segundo lugar, agradecemos aos colegas que compõem a Comissão Diretora da Alihs, em particular ao seu então presidente, Mario Barbosa Cruz, e à sua então vice-presidenta, María Dolores Lorenzo Río, por terem confiado em que a mesa-redonda que propusemos poderia ter algum interesse e proveito, e somado o aval da Associação à publicação deste livro. Em terceiro lugar, cabe-nos agradecer às instituições que tornaram esta edição e publicação possíveis, por meio de distintos subsídios: o Conicet respondeu de maneira favorável às solicitações que realizamos a Daniel Lvovich, assim como à Universidade Nacional de General Sarmiento. Em quarto lugar, também queremos agradecer a Cristiana Schettini por